

Tramitação ganha urgência

» LILIAN TAHAN

Os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal conseguiram queimar algumas etapas da tramitação do projeto que melhora os salários das duas categorias em até R\$ 1 mil nos próximos quatro anos. Na tarde de ontem, os deputados federais aprovaram o requerimento de regime de urgência para o PL 5.664, que regulamenta o plano de cargos e salários dos PMs. Com isso, o texto pode ser votado sem ter de passar pelas comissões temáticas, o que adianta o processo. Apesar do empurrãozinho, ainda não há acordo para a votação do texto, que recebeu 42 emendas e voltou para a mesa de negociações.

A aprovação do regime de urgência poderia ter garantido a votação do mérito na sessão de ontem mesmo. Mas as alterações de última hora adiaram a apreciação do projeto. A banca do governo chegou a concordar com a análise do texto em plenário, desde que os parlamentares do DF desistissem das emendas sugeridas pela corporação. Muitas das alterações propostas aumentam as despesas previstas para financiar o plano de carreira dos militares. Originalmente, o projeto prevê um impacto no orçamento do DF de R\$ 481 milhões até 2014.

Como os contracheques de policiais militares, civis e bombeiros são pagos com recursos do governo federal — por meio do Fundo Constitucional — exige-se que o plano de cargos e salários dessas categorias seja tratado por meio de projeto de lei de autoria do Executivo federal, motivo da tramitação do texto

Carlos Moura/CB/D.A. Press



Militares foram, ontem, à Câmara dos Deputados para acompanhar a discussão sobre o projeto de lei

no Congresso Nacional. A banca de parlamentares do DF tentou negociar a aprovação do plano por meio de Medida Provisória, assim como ocorreu no caso dos policiais civis. A edição de uma MP tornaria a tramitação do projeto mais rápida.

Com a decisão do governo de tratar o assunto por meio de projeto de lei, no entanto, restou aos deputados buscar mecanismos de acelerar a tramitação do PL. "O requerimento de urgência é uma garantia de que o projeto será tratado com agilidade e uma sinalização de que há consenso para a aprovação do mérito", considerou o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor do pedido de urgência para o tema.

Operação-padrão

Desde a meia-noite de terça-feira, os policiais militares entraram em operação-padrão para pressionar a tramitação do PL 5.664 na Câmara dos Deputados. O regulamento disciplinar dos PMs (Decreto 4346, de agosto de 2002) impede a categoria de fazer greve. Para driblar o regimento, os policiais resolveram diminuir o ritmo de serviço entre terça e quinta-feira, justamente os dias de votação no Congresso Nacional.

Apesar de o movimento não ter sido oficialmente confirmado pela corporação, a página na internet da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares

do DF informava ontem que 80% dos PMs haviam aderido à operação-padrão, segundo a qual foram reduzidos o policiamento ostensivo e preventivo nas ruas, como as abordagens, as multas de trânsito, rondas, blitzes e notificações.

Com o adiamento da votação do projeto de interesse dos militares na noite de ontem, a categoria mantém a operação-padrão até amanhã, voltando ao normal no fim de semana. A partir de segunda-feira da semana que vem, os PMs prometem intensificar o movimento de pressão pela aprovação do plano de cargos e salários. Ontem, eles estiveram na Câmara para acompanhar a discussão sobre o assunto.

» Para saber mais

Processo acelerado

O requerimento de urgência é um expediente parlamentar que acelera o processo de votação de um projeto. Isso porque permite que o projeto seja analisado em plenário sem tramitar nas comissões temáticas, que podem se manifestar durante a votação. Para que tenha efeito sobre a proposta é necessário que esteja assinado por 257 parlamentares, o que equivale a metade mais um dos deputados. Em seguida, o requerimento de urgência é submetido à votação em plenário. E mais uma vez são necessários 257 aprovações.

Na tarde de ontem, o pedido de pressa para o projeto de lei foi referendado pela maioria dos deputados. Com isso, a proposta passa a ocupar o primeiro lugar na fila da pauta de votação da Casa. Depois de votado na Câmara, o projeto é enviado ao Senado Federal, onde também terá de ser votado em plenário. Um novo pedido de urgência pode ser feito, mas da mesma forma como ocorreu na Câmara, a proposta terá de passar pelo mesmo processo de recolhimento das assinaturas e votação em plenário.

» Melhorias

O que prevê o plano de cargos e salários da Polícia Militar e bombeiros do DF

» O projeto cria a Gratificação por Risco de Vida. O benefício chegará a R\$ 1 mil em 2014, mas começa a ser pago gradualmente desde 2009, quando o valor incorporado será de R\$ 250. No ano que vem, a quantia sobe para R\$ 400. Em 2011, atinge R\$ 550 até chegar ao teto em cinco anos;

» A Gratificação por Risco de Vida será paga também aos inativos e aos pensionistas;

» Além da gratificação, o plano estabelece promoções por critérios de antiguidade, merecimento, ato de bravura e post mortem;

» Serão estipulados limites de quantidade e de antiguidade para definir a faixa dos policiais militares que concorrerão às promoções;

» Entre os requisitos para o oficial ser promovido por merecimento estão: eficiência, capacidade de liderança, iniciativa, presteza de decisões. Também será avaliado o resultado dos cursos de aperfeiçoamento.